



TESOURO NACIONAL

RTN
2021
dezembro

Publicado em
28/01/2022

Resultado do Tesouro Nacional

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2020/2021 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2020/2021

Discriminação	Jan-Dez		Variação (2021/2020)		Dezembro		Variação (2021/2020)	
	2020	2021	% Nominal	% Real (IPCA)	2020	2021	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.467.759	1.932.370	31,7%	21,6%	161.484	211.545	31,0%	19,0%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	263.798	353.552	34,0%	23,8%	29.829	38.226	28,2%	16,4%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.203.961	1.578.818	31,1%	21,2%	131.655	173.318	31,6%	19,6%
IV. DESPESA TOTAL	1.947.216	1.613.891	-17,1%	-23,6%	175.787	159.495	-9,3%	-17,6%
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-743.255	-35.073	-95,3%	-95,5%	-44.133	13.824	-	-
Tesouro Nacional	-483.573	212.876	-	-	-48.822	5.653	-	-
Banco Central	-550	-611	11,1%	2,0%	105	143	36,2%	23,8%
Previdência Social (RGPS)	-259.132	-247.338	-4,6%	-11,7%	4.584	8.029	75,1%	59,1%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-10,0%	-0,4%	-	-	-6,4%	1,8%	-	-

Memorando:

Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	-484.123	212.265	-	-	-48.717	5.795	-	-
---	----------	---------	---	---	---------	-------	---	---

Em **dezembro de 2021**, houve **superávit primário de R\$ 13,8 bilhões**, frente a déficit de **R\$ 44,1 bilhões em dezembro de 2020** (valores nominais).

Em 2021, houve déficit de R\$ 35,1 bilhões frente a déficit de R\$ 743,3 bilhões em 2020 (em valores nominais).

Resultado Fiscal do Governo Central

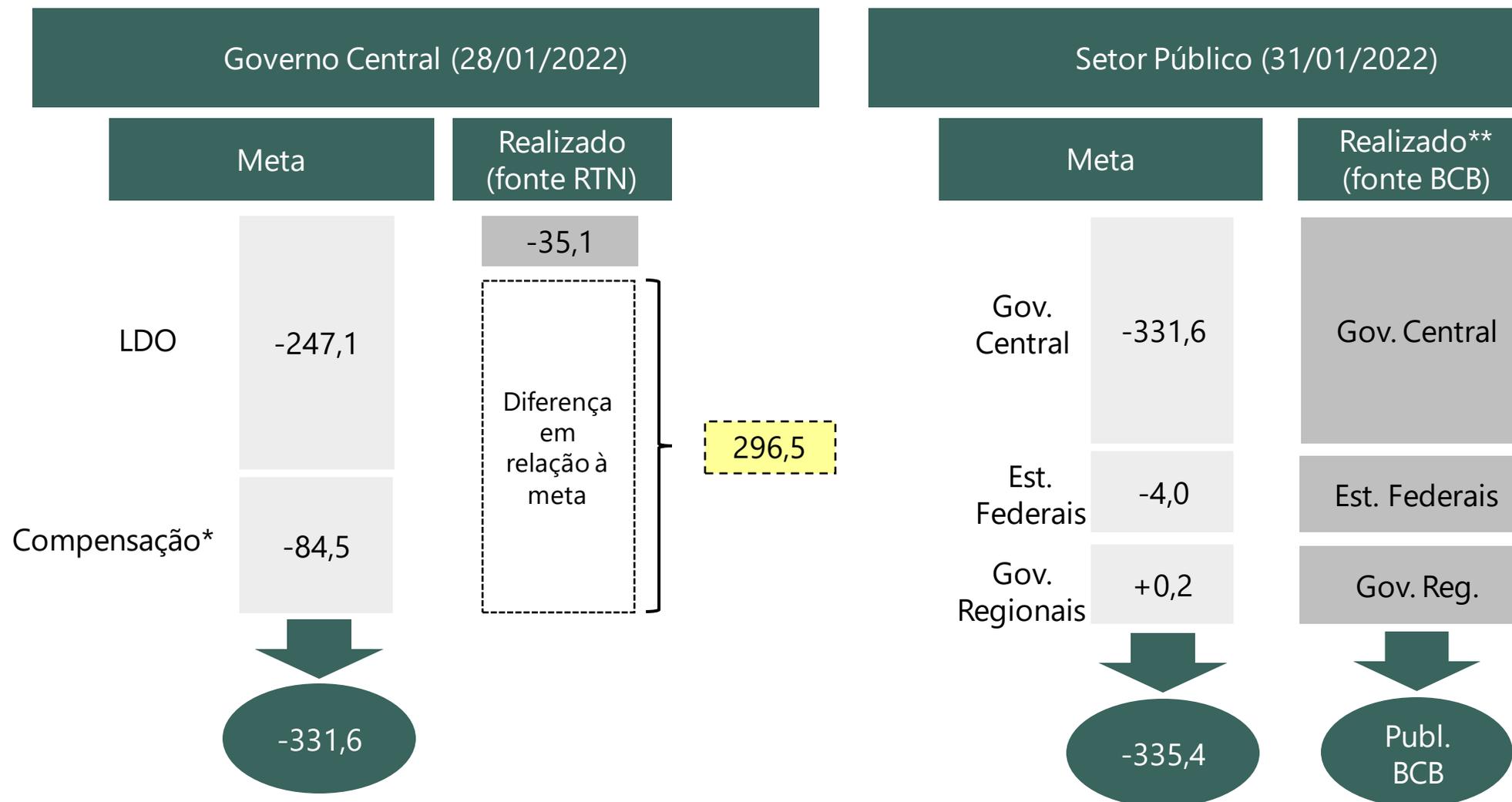
Programado x Realizado

Resultado realizado em relação a último valor estimado (R\$ bilhões - valores correntes)			
Discriminação	Programação Financeira (a)	Realizado 2021 (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Total	1.924,7	1.932,4	7,6
1.1 Receitas Administradas pela RFB (exceto RGPS)	1.191,6	1.195,7	4,1
1.2 Arrecadação Líquida para o RGPS	461,7	462,2	0,5
1.3 Receitas Não Administradas pela RFB	271,5	274,6	3,1
2. Transferência por Repartição de Receita	358,9	353,6	-5,3
3. Receita Líquida (1) - (2)	1.565,9	1.578,8	13,0
4. Despesas Primárias*	1.658,7	1.613,9	-44,8
4.1. Benefícios Previdenciários	710,0	709,6	-0,4
4.2. Pessoal e Encargos Sociais	330,2	329,3	-0,9
4.3 Outras Desp. Obrigatórias	333,5	306,0	-27,5
dq/ Créditos Extraordinários (exceto PAC)	134,0	117,2	-16,8
LEJU/MPU	13,5	11,0	-2,5
Subsídios, Subvenções e Proagro	10,5	7,3	-3,1
4.4. Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira*	285,0	269,0	-16,1
Obrigatórias com Controle de Fluxo	146,7	145,2	-1,5
Discricionárias	138,3	123,8	-14,6
5. Resultado primário* (3) - (4)	-92,9	-35,1	57,8
6. Meta Fiscal	-247,1		
7. Compensação da Meta Gov. Central na LDO / EC 109	84,5		
8. Meta Fiscal para Cumprimento da LDO	-331,6		

Os principais fatores de explicação para a diferença entre o resultado programado e o realizado são os desvios nas estimativas de receita e a sub-execução de despesas concentrada em:

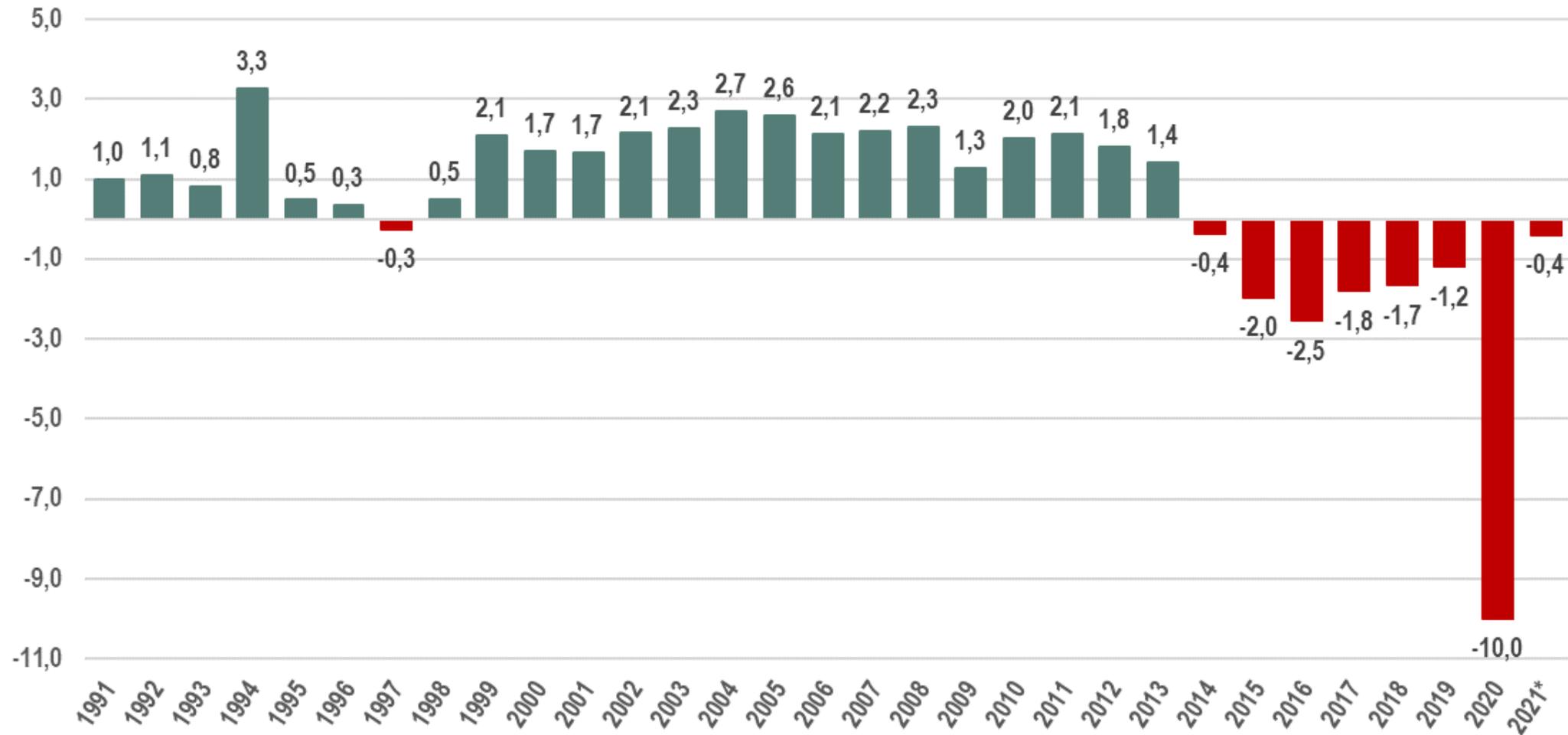
- Cred. Extraordinários (COVID-19);
- LEJU/MPU;
- Subsídios, Subvenções e Proagro;
- Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Prog. Financeira (empoçamento).

Meta de Resultado Primário 2021



Evolução do Resultado do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Abaixo da Linha
Brasil – 1991 a 2021 – % do PIB

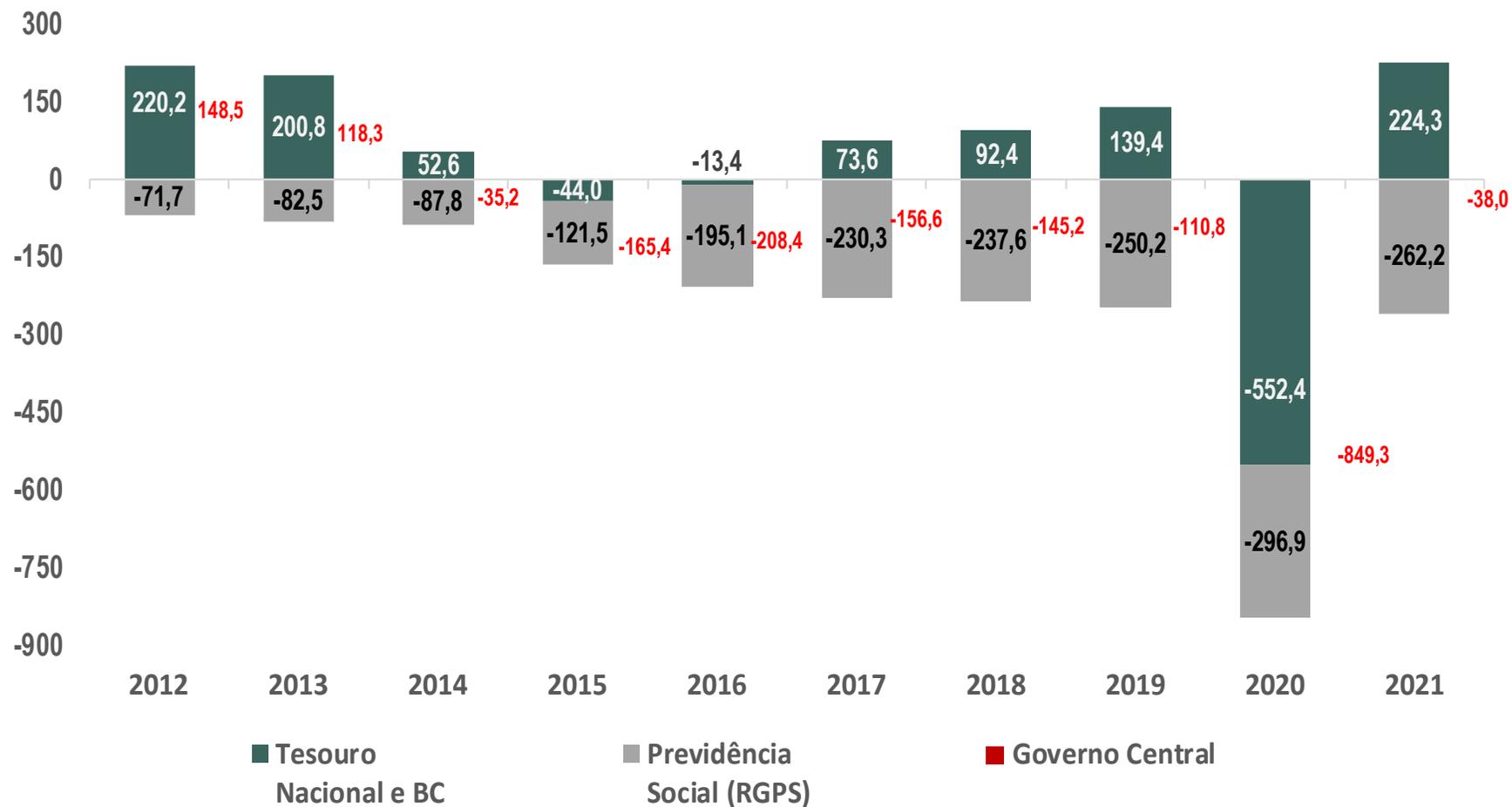


* Resultado acima da linha.

Fonte: BCB e Tesouro Nacional

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2011/2021 – R\$ Bilhões – A preços de dez/21 – IPCA



Em 2021, a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 262,2 bilhões** (a preços de dez/21), enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** apresentaram **superávit de R\$ 224,3 bilhões**.

Resultado Fiscal do Governo Central

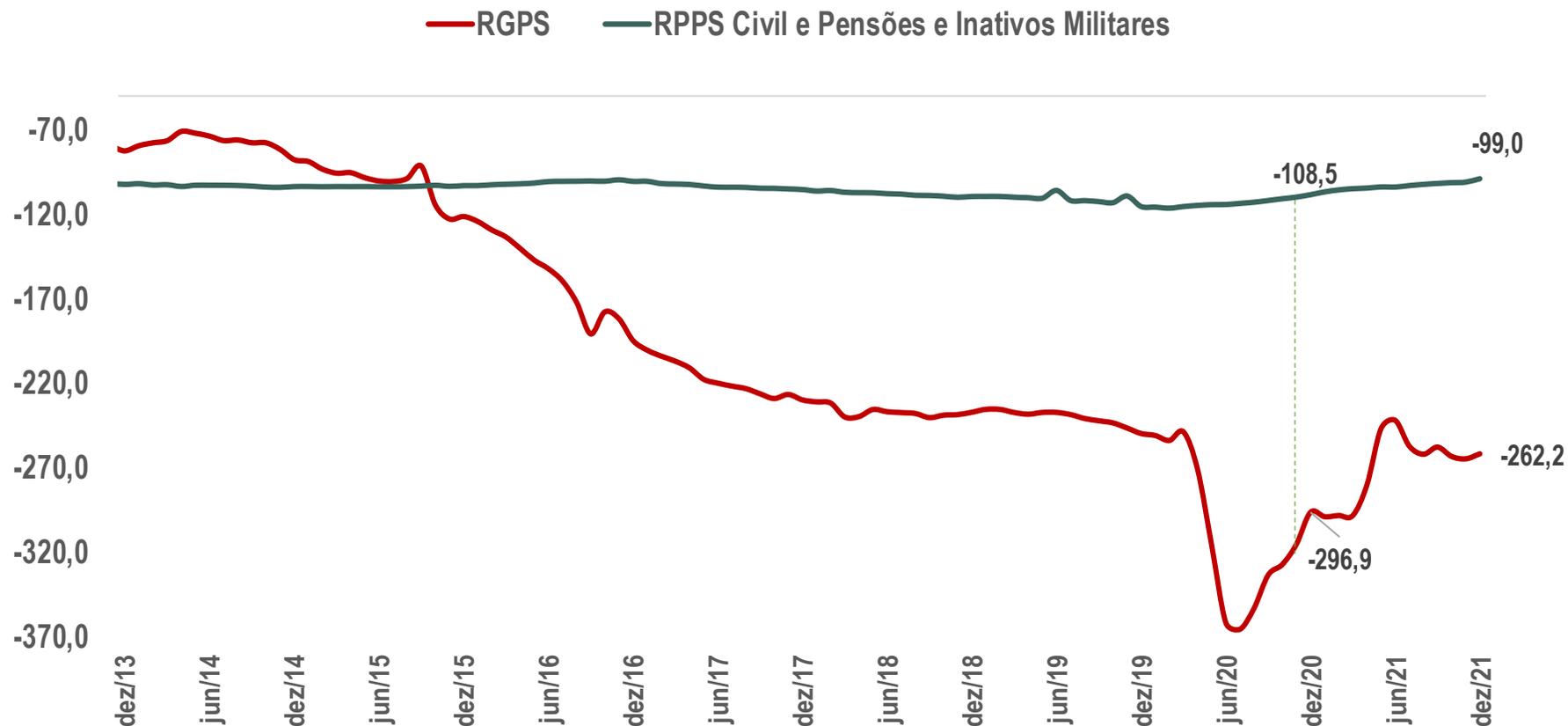
Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2012/2021 – R\$ Bilhões – A preços de dez/21 – IPCA



O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses (até dez/2021) foi de **déficit de R\$ 38,0 bilhões**, equivalente a **0,4% do PIB**.

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses – Brasil – 2013/2021 – R\$ Bilhões – A preços de dez/21- IPCA



* Inclui FCDF.

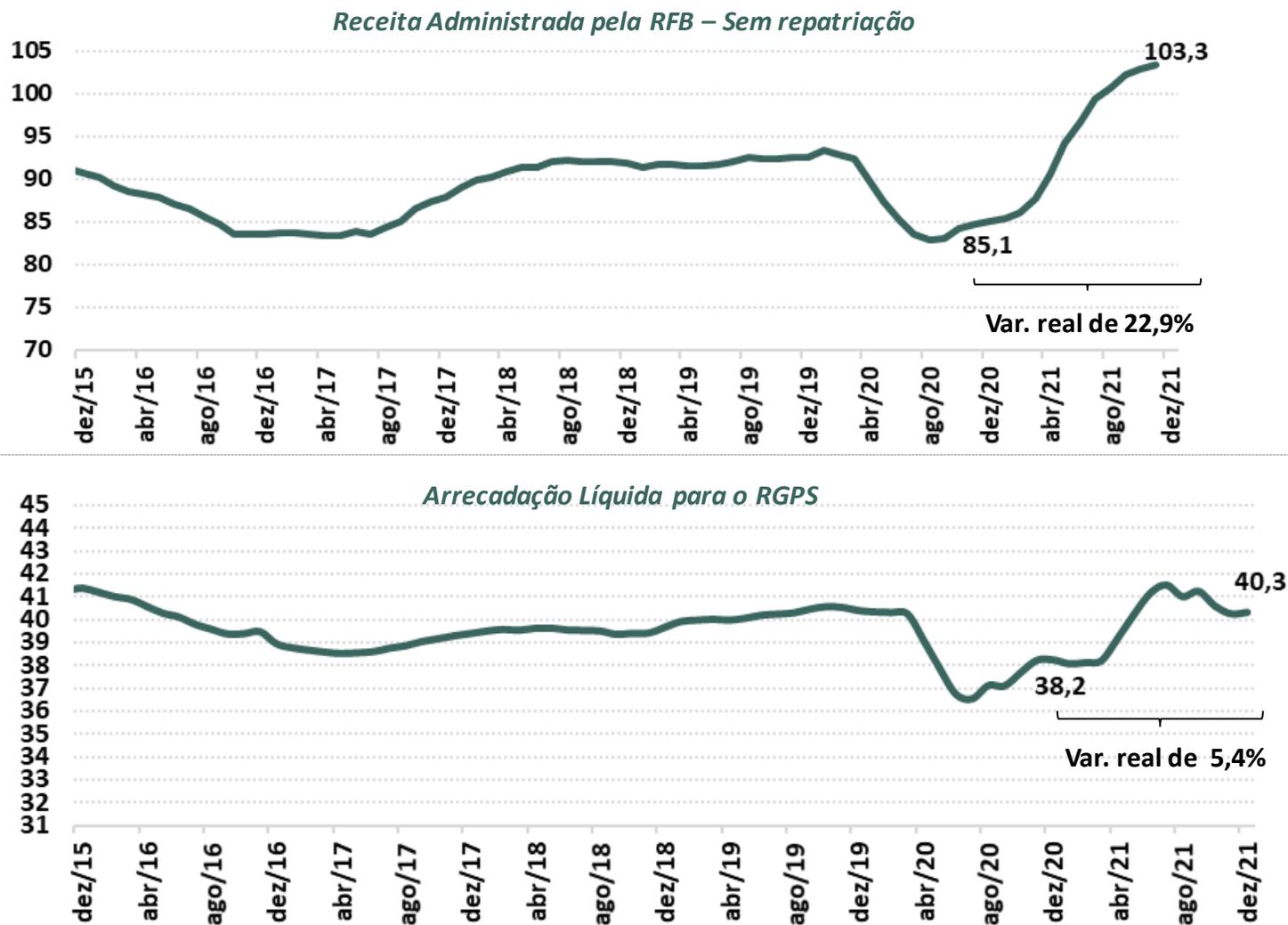
Total do déficit **RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R\$ 361,3 bilhões (3,9% do PIB)** no Governo Central no acumulado em 12 meses até dezembro de 2021, a preços de dez/2021 – IPCA.

A redução do déficit do RGPS entre dez/20 e dez/21 em R\$ 34,7 bi deveu-se ao efeito conjunto da redução em R\$ 9,8 bi dos benefícios previdenciários e da elevação de R\$ 24,9 bi da arrecadação líquida do RGPS.

Receitas do Governo Central

Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

Média Móvel Mensal (12 meses) – R\$ Bilhões – A preços de dez/21- IPCA

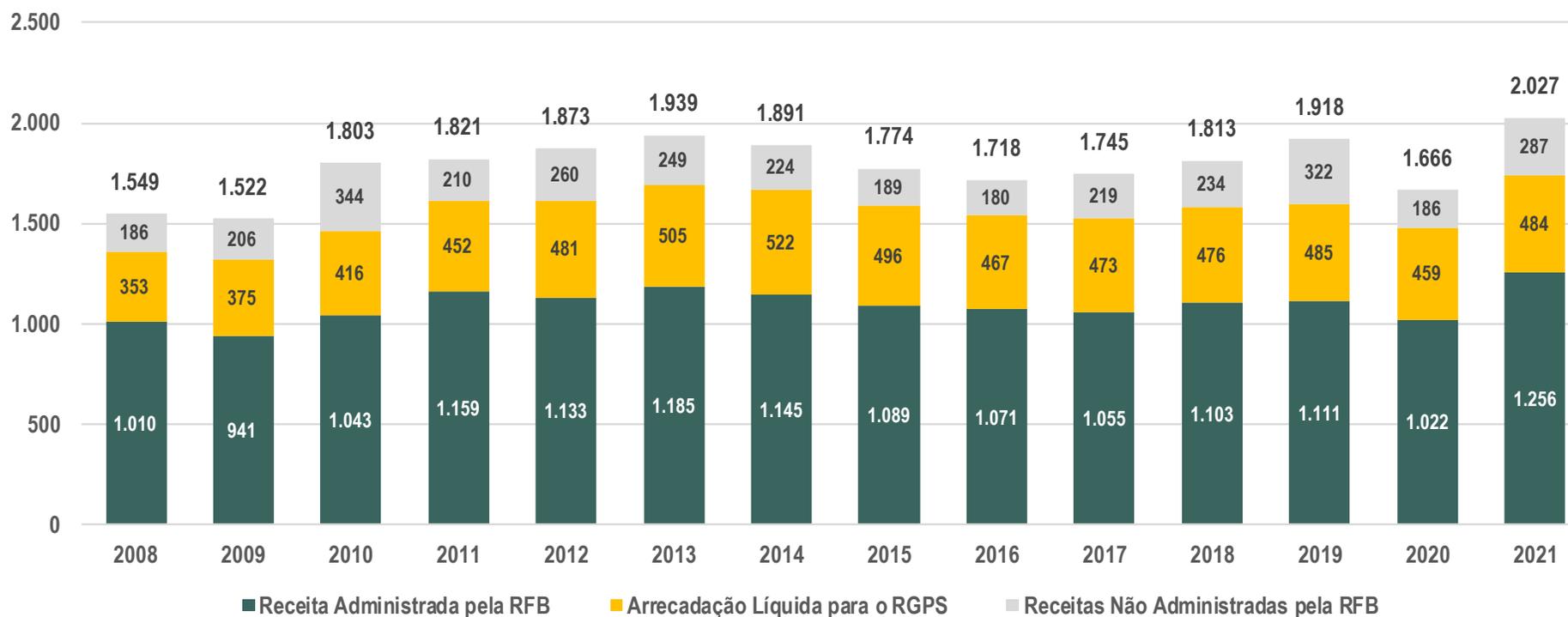


A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada** pela RFB apresentou **elevação real de 22,9%** em relação a dezembro de 2020, enquanto a variação registrada pela **arrecadação líquida para o RGPS** foi de **5,4%**.

Receitas do Governo Central

Serie Histórica

Brasil – Anual – 2008/2021– A preços de dez/21 - IPCA – R\$ Bilhões



Na série histórica da arrecadação, para 2021 observou-se:

- **a maior receita total;**
- **a maior receita administrada pela RFB;**
- **a quinta maior arrecadação líquida para o RGPS; e**
- **a terceira maior receita não administrada pela RFB – atrás apenas de anos com cessão onerosa (2010 e 2019).**

Receitas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021 – A preços de dez/21 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2020/2021				
Discriminação	Jan-Dez		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.666.354,6	2.026.618,3	360.263,7	21,6%
I.1 Receita Administrada pela RFB	1.021.635,9	1.255.744,0	234.108,0	22,9%
Imposto de Importação	51.938,2	65.095,0	13.156,8	25,3%
IPI	64.288,5	74.824,5	10.536,0	16,4%
Imposto sobre a Renda	436.579,6	544.956,2	108.376,6	24,8%
IOF	25.111,4	51.331,7	26.220,3	104,4%
COFINS	251.770,3	288.066,1	36.295,7	14,4%
PIS/PASEP	71.016,8	79.862,0	8.845,1	12,5%
CSLL	90.221,5	120.639,1	30.417,5	33,7%
CIDE Combustíveis	2.267,8	2.001,1	-266,7	-11,8%
Outras Administradas pela RFB	28.441,6	28.968,3	526,7	1,9%
I.2 Incentivos Fiscais	-158,1	-165,7	-7,6	4,8%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	458.887,3	483.784,4	24.897,0	5,4%
Urbana	449.126,4	472.914,1	23.787,7	5,3%
Rural	9.761,0	10.870,3	1.109,3	11,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	185.989,4	287.255,7	101.266,3	54,4%
Concessões e Permissões	9.280,9	10.134,2	853,4	9,2%
Dividendos e Participações	7.464,2	44.869,1	37.404,9	501,1%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	19.747,9	18.795,9	-952,1	-4,8%
Exploração de Recursos Naturais	64.299,5	98.728,7	34.429,2	53,5%
Receitas Próprias e de Convênios	15.059,0	17.471,5	2.412,5	16,0%
Contribuição do Salário Educação	24.138,2	25.147,9	1.009,7	4,2%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	40,9	32,0	-8,9	-21,7%
Operações com Ativos	1.571,6	0,0	-1.571,6	-100,0%
Demais Receitas	44.387,2	72.076,3	27.689,1	62,4%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	299.668,3	370.842,6	71.174,3	23,8%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.366.686,2	1.655.775,7	289.089,4	21,2%

Em 2021, a receita total apresentou elevação de R\$ 360,3 bilhões (21,6%) em termos reais, em relação à 2020.

Essa variação decorre do efeito conjunto da:

- elevação de R\$ 234,1 bilhões na receita administrada pela RFB;
- crescimento de R\$ 101,3 bilhões nas receitas não administradas; e
- aumento de R\$ 24,9 bilhões na arrecadação líquida para o RGPS.

A receita líquida apresentou elevação de R\$ 289,1 bilhões (21,2%) em termos reais frente ao acumulado até dezembro de 2020.

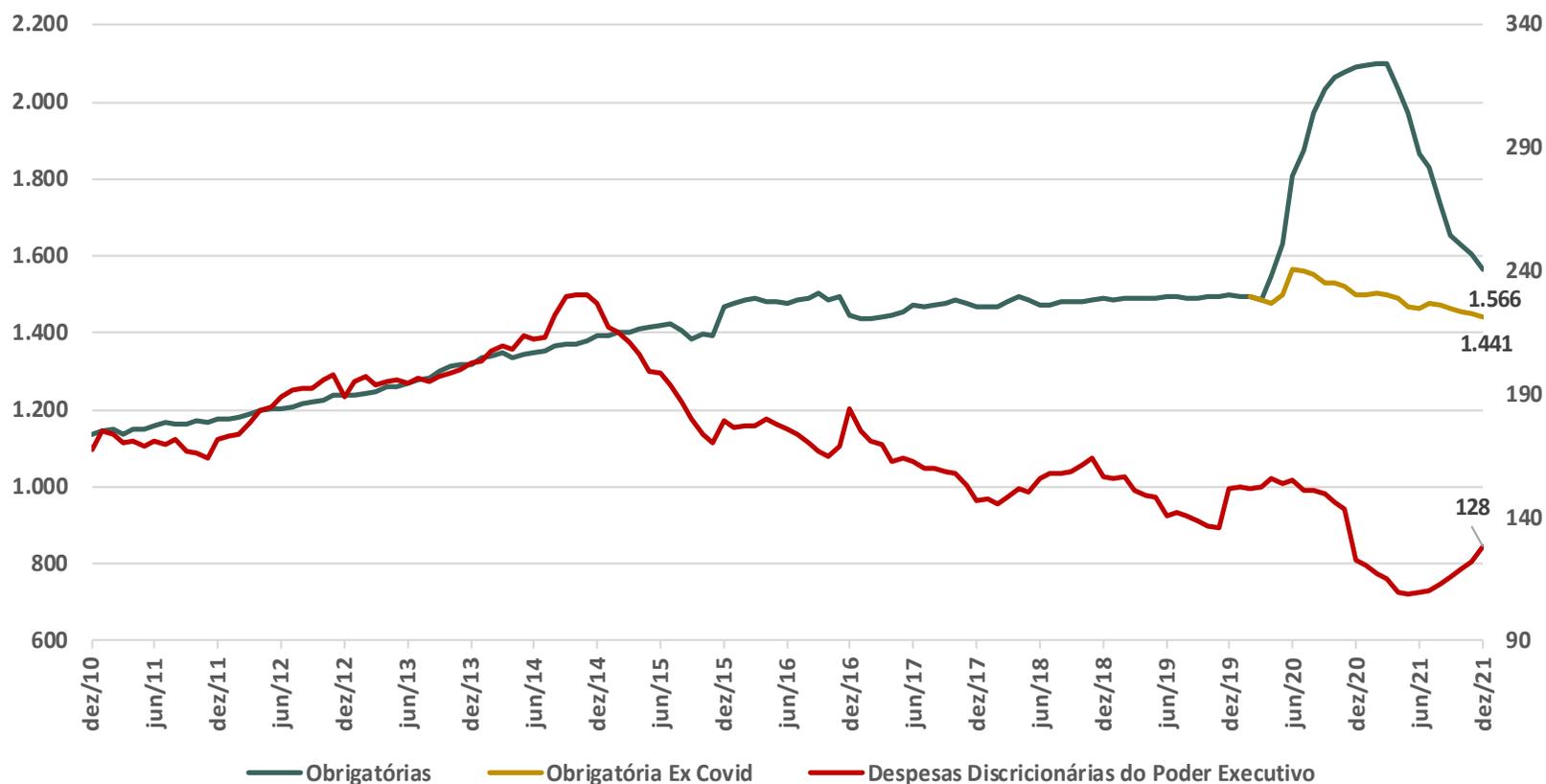
Receitas do Governo Central

Determinantes e destaques

- R\$ 40,0 bilhões de **arrecadação atípica** no IRPJ/CSLL.
- **Melhora** nos principais **indicadores macroeconômicos** que influenciam a arrecadação de tributos: produção industrial (+ 5,6%), venda de bens (+ 5,1%), venda de serviços (+9,5%) e valor em dólar das importações (+ 32,9%).
- **Melhora na arrecadação disseminada** por diversos setores econômicos com destaque para: combustíveis (+ 75,8%), extração de minerais metálicos (+ 132,6%) e metalurgia (+ 107,6%).
- **Saldo positivo** de 2.992.898 **empregos** até novembro de 2021, influenciando a arrecadação líquida para o RGPS.
- **Melhoras nos dividendos** decorrente do fim da vigência das resoluções CMN 4.820 e 4.885 de 2020, permitindo a volta da antecipação dos pagamentos dos dividendos dos bancos públicos.
- **Elevação no preço médio do barril de petróleo** de US\$ 41,6 / bbl em 2020 para US\$ 71,5 / bbl em 2021, influenciando positivamente a receita de exploração de recursos naturais.
- **Devolução de desembolsos** associados às ações de combate a pandemia COVID-19 – auxílio emergencial e Pronampe, influenciando positivamente as demais receitas não administradas.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* – Acumulado 12 meses
Brasil - 2010 a 2021: R\$ Bilhões – A preços de dez/21- IPCA



Importante destacar que as despesas referentes às políticas de combate à COVID-19 serão classificadas majoritariamente como obrigatórias. Essa classificação decorre do fato de que as despesas executadas via crédito extraordinário, mesmo que discricionárias, acabam ganhando status de despesa obrigatória, haja vista seu caráter emergencial.

Excluídos os **R\$ 124,9 bilhões** de despesas em resposta à **crise COVID-19**, as despesas obrigatórias acumuladas em 12 meses (a preços de dez/21) apresentam trajetória estável.

* Desconsidera a capitalização Petrobrás realizada em dezembro de 2010 e o pagamento à Petrobrás referente cessão onerosa de dezembro de 2019.

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021 – A preços de dez/21 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2020/2021				
Discriminação	Jan-Dez		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	2.215.992,2	1.693.750,6	-522.241,6	-23,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	755.825,0	746.021,4	-9.803,6	-1,3%
Benefícios Previdenciários - Urbano	602.457,3	592.974,8	-9.482,6	-1,6%
Benefícios Previdenciários - Rural	153.367,6	153.046,6	-321,0	-0,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	365.194,2	345.614,1	-19.580,1	-5,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	820.817,7	321.752,7	-499.065,0	-60,8%
Abono e Seguro Desemprego	67.866,9	48.676,6	-19.190,3	-28,3%
Apoio Fin. EE/MM	89.379,7	0,0	-89.379,7	-100,0%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	71.285,1	71.115,9	-169,2	-0,2%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	40,9	32,0	-8,9	-21,7%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	489.311,8	122.797,0	-366.514,7	-74,9%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	17.115,8	23.096,8	5.981,0	34,9%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	12.655,3	11.498,0	-1.157,2	-9,1%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	3.433,0	5.141,9	1.708,9	49,8%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	26.248,1	19.867,3	-6.380,8	-24,3%
Subsídios, Subvenções e Proagro	24.048,1	7.716,2	-16.331,9	-67,9%
Impacto Primário do FIES	-214,3	-1.386,4	-1.172,1	547,1%
Demais	19.647,2	13.197,1	-6.450,0	-32,8%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	274.155,4	280.362,5	6.207,1	2,3%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	151.534,4	152.128,4	594,0	0,4%
Discricionárias	122.621,0	128.234,09	5.613,1	4,6%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	928.490,1	474.956,4	-453.533,7	-48,8%
Outras Despesas de Custeio	809.686,2	416.233,1	-393.453,2	-48,6%
Outras Despesas de Capital	118.803,9	58.723,37	-60.080,5	-50,6%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

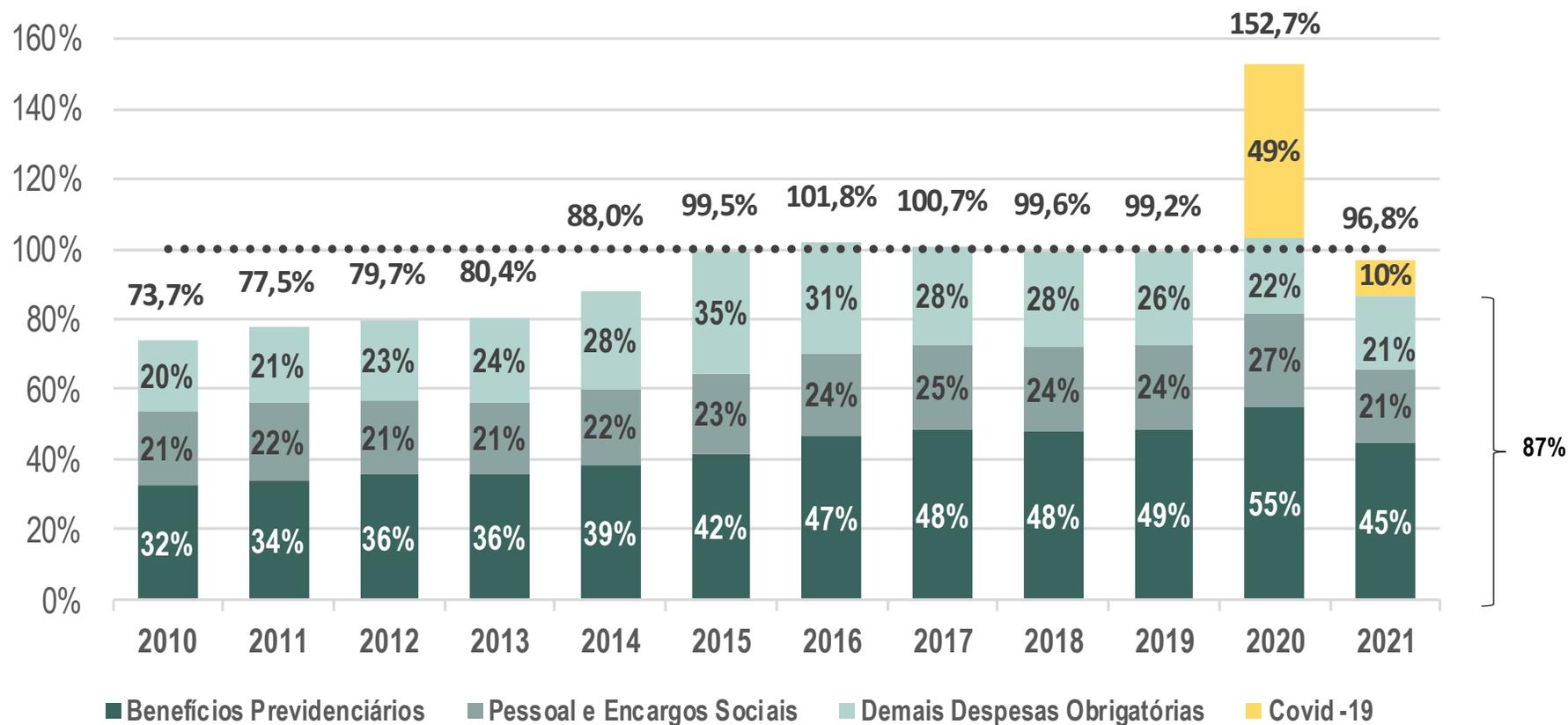
Em 2021 contra 2020, a **despesa total sofreu redução de R\$ 522,2 bilhões (23,6%) em termos reais**. As principais variações foram:

- Créditos Extraordinários (-R\$ 366,5 bi);
- Apoio Fin. EE/MM (- R\$ 89,4 bi);
- Abono e Seg. Desemprego (-R\$ 19,2 bi);
- Pessoal e Encargos Sociais (-R\$ 19,6 bilhões);
- Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 16,3 bi); e
- Benefícios Previdenciários (- R\$ 9,8 bi).

Variações influenciadas diretamente pela redução nas despesas realizadas em decorrência da Covid-19.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias* como proporção da Receita Líquida** – Brasil
2010 a 2021



Desde 2015, as despesas obrigatórias consomem a totalidade da receita líquida.

O crescimento dos percentuais de 2020 e 2021 em relação aos anos anteriores se deve às despesas relativas à COVID-19.

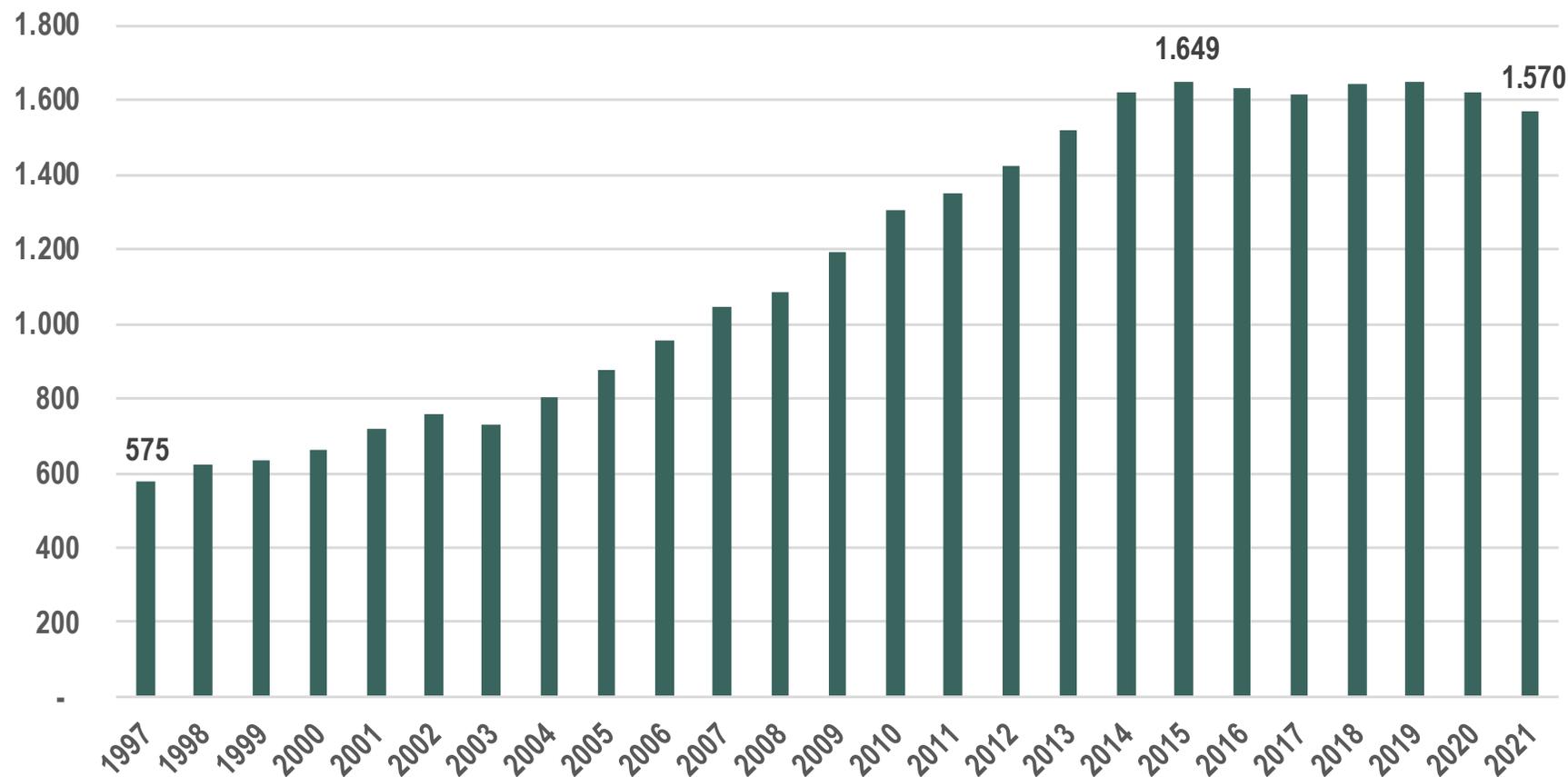
Excetuadas as despesas relativas à COVID-19, as despesas obrigatórias como proporção da receita líquida voltaram ao patamar de 2014.

*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

** Exclui as receitas da cessão onerosa.

Evolução de Despesas do Governo Central*

Despesas Totais do Governo Central – R\$ bilhões a preços de dez/21 - IPCA – Brasil
1997 a 2021

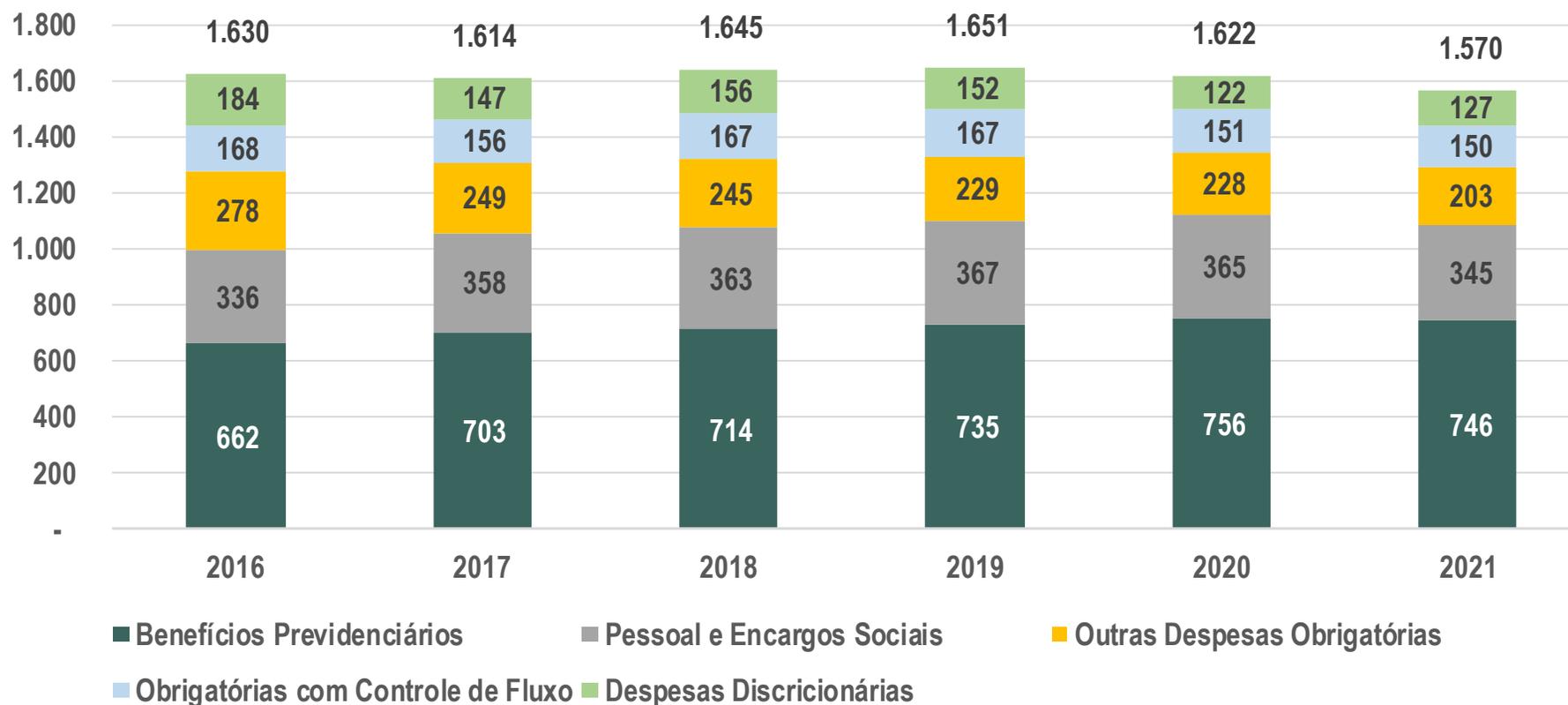


As despesas totais, excetuados os gastos para fazer frente à crise COVID-19, chegaram ao menor patamar desde 2014.

* Exclui as despesas relativas à cessão onerosa e à COVID-19.

Evolução de Despesas do Governo Central*

Despesas Totais do Governo Central – R\$ bilhões a preços de dez/21 - IPCA – Brasil
2016 a 2021



Desde o início da vigência da EC 95/2016, a maior parte dos agregados da despesa apresenta tendência de queda em termos reais.

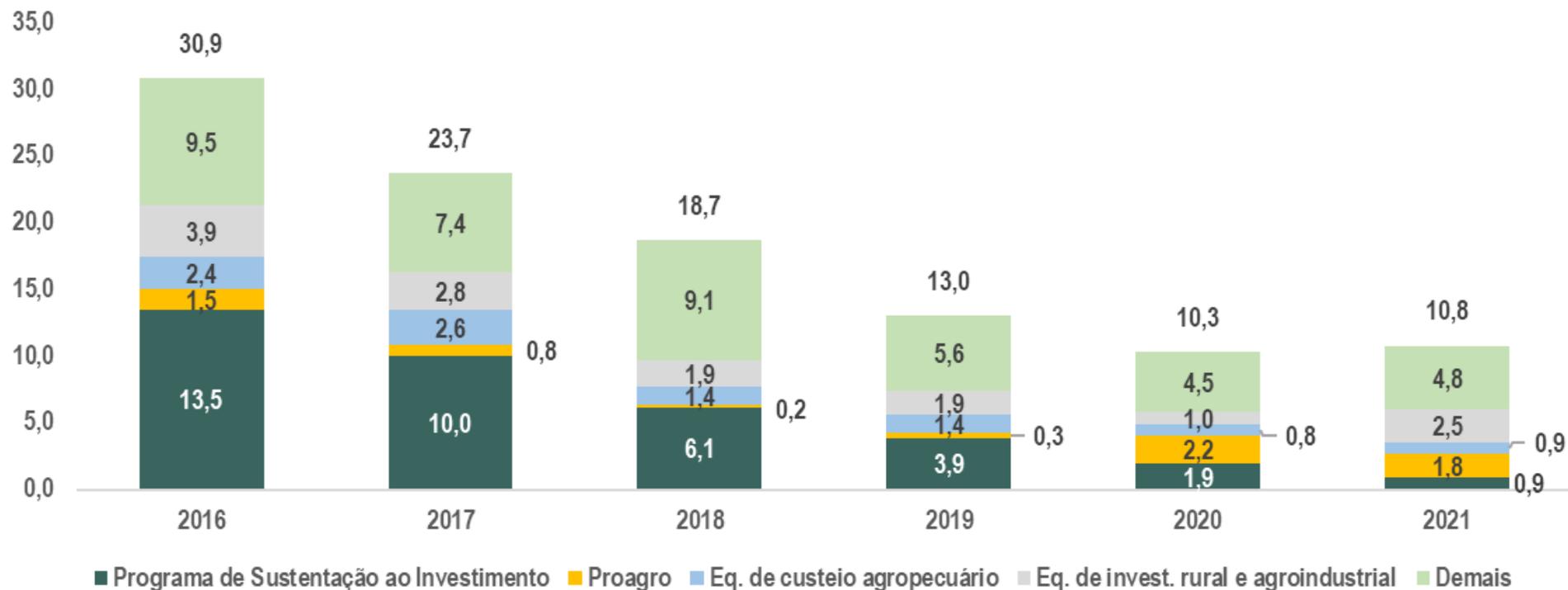
Nos últimos dois exercícios, as despesas de pessoal apresentaram redução expressiva.

* Exclui as despesas relativas à cessão onerosa e à COVID-19.

Despesas do Governo Central

Despesas obrigatórias – Subsídios, subvenções e Proagro*

Brasil – Anual – 2016/2021 – A preços de dez/21 - IPCA – R\$ Bilhões



Os subsídios, subvenções e Proagro apresentaram redução relevante nos últimos anos.

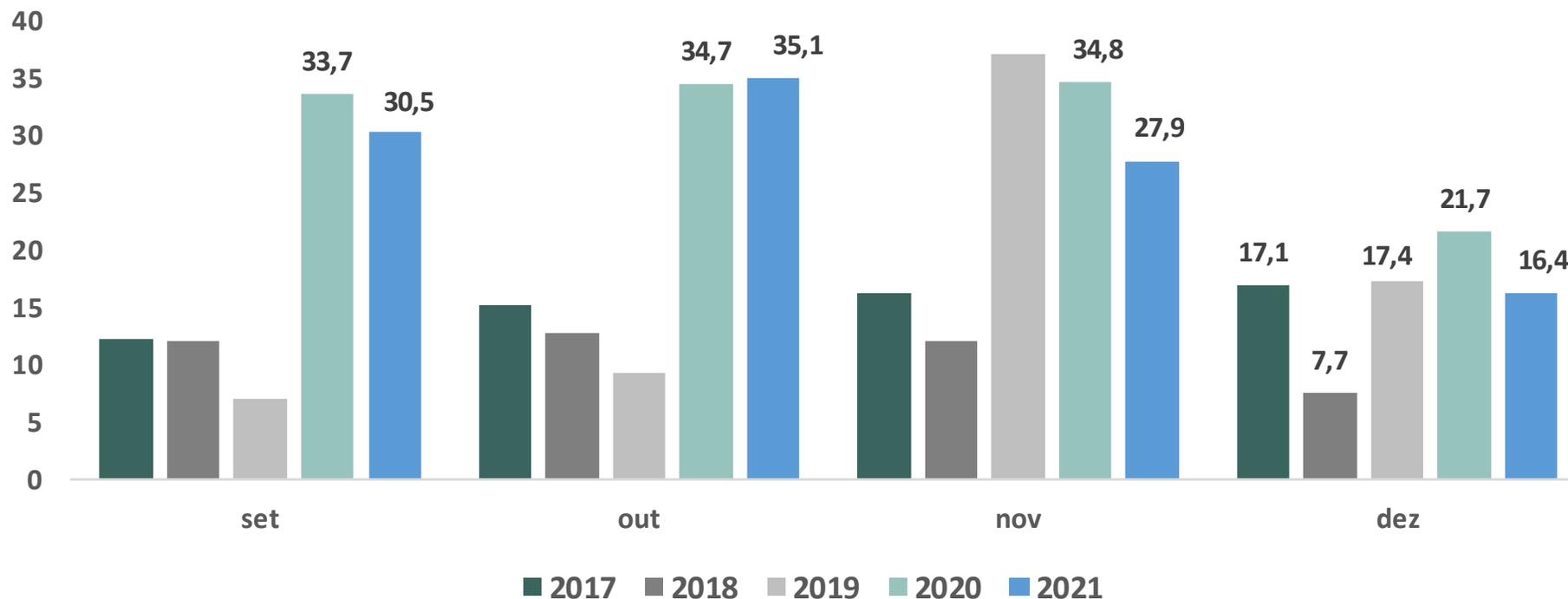
A racionalização dos programas juntamente à queda na taxa básica de juros concorreu para a diminuição da despesa.

* Exclui as despesas e retornos relativos à COVID-19.

Despesas do Governo Central

Empoçamento

Brasil – Anual – 2017/2021 – Valores Correntes – R\$ Bilhões



Ao final de 2021, o **empocamento totalizou R\$ 16,4 bilhões**, significando redução de R\$ 11,5 bilhões frente ao mês de novembro (R\$ 27,9 bi).

Para o fechamento do ano, é o segundo menor nível desde 2017 fruto de **alocação orçamentária-financeira eficiente**.

Despesas do Governo Central

relacionadas ao combate ao COVID-19¹

Brasil – 2020/2021 – valores nominais – R\$ Milhões

Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19

Monitoramento dos Gastos da União com COVID-19

Atualizado diariamente

2020

2021

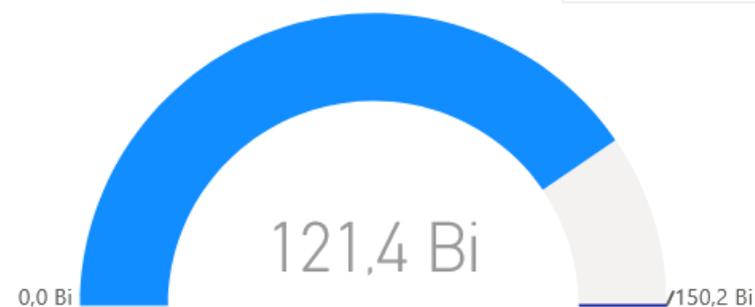
14/01/2022
Última atualização

Até o mês de:

dezembro

Pago
121,4 Bi

Previsto
150,2 Bi



Gastos com COVID-19 (R\$ bilhões)	Previsto	Pago	Saiba Mais
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	63,89	60,58	MPs 937, 956, 970, 988, 999/2020, 1037, 1056/2021
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	10,67	7,71	MPs nº 935/2020 e 1.044/2021
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	5,00	5,00	MPs nº 977, 972, 997, 1.020/2020 e 1.053/2021
Financiamento da Infraestrutura Turística	1,32	0,59	MP nº 963/2020
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	43,16	25,77	Vide nota
Aquisição de Vacinas e Insumos para Prevenção e Controle	26,17	21,79	MPs nº 994, 1.004, 1.015/2020 e 1.048/2021
Total	150,21	121,44	

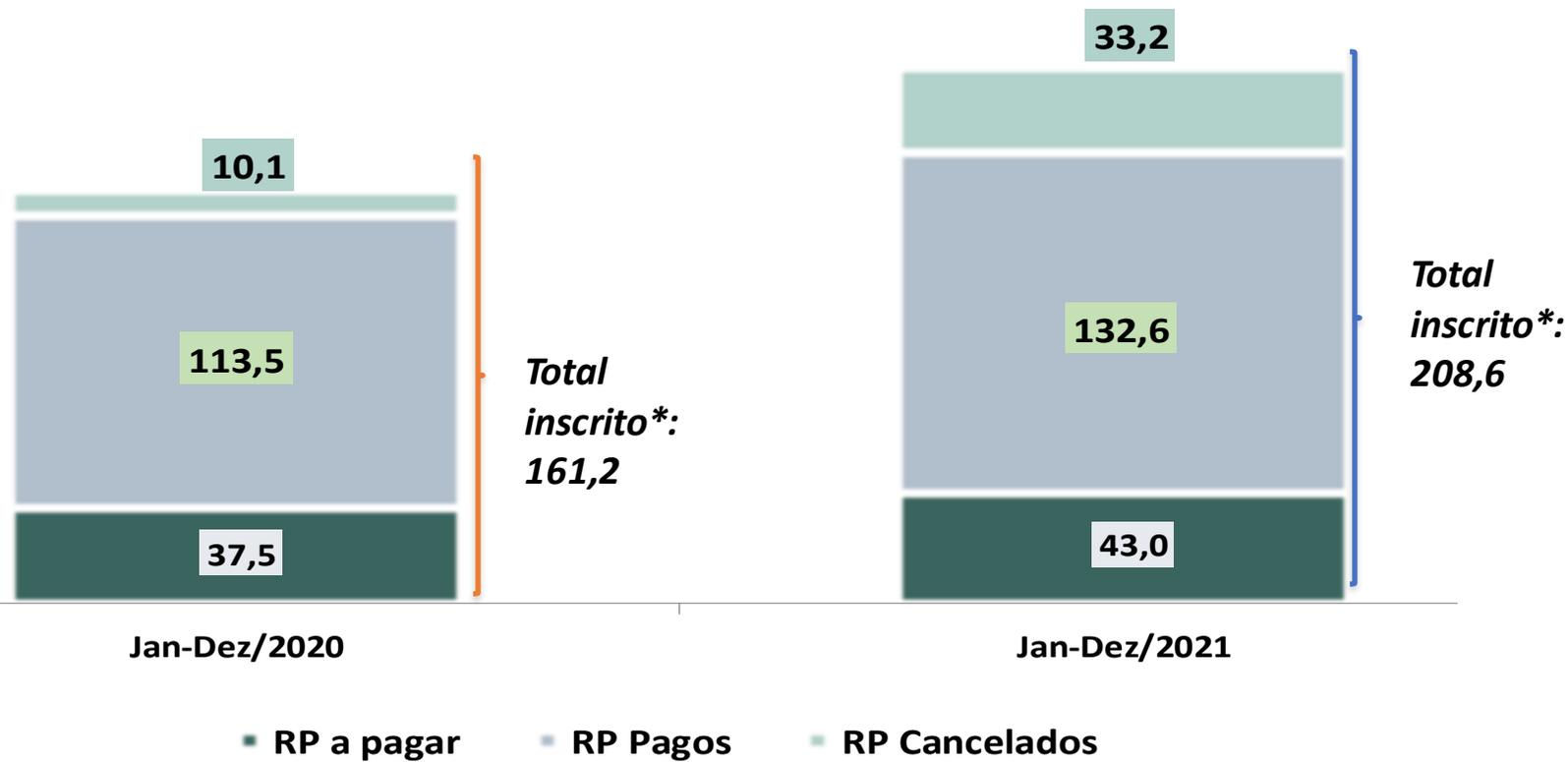
Da previsão de R\$ 150,2 bilhões de gastos para o enfrentamento ao COVID-19 em 2021, foram pagos R\$ 121,4 bilhões.

Da dotação não paga, R\$ 15,7 bilhões foram inscritas como restos a pagar para o exercício de 2022.

1. Para detalhamento ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> e https://www1.sioop.planejamento.gov.br/OvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2020/2021 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) até dezembro de 2021 correspondeu a **R\$ 132,6 bilhões**, contra **R\$ 113,5 bilhões** no mesmo período do ano anterior.

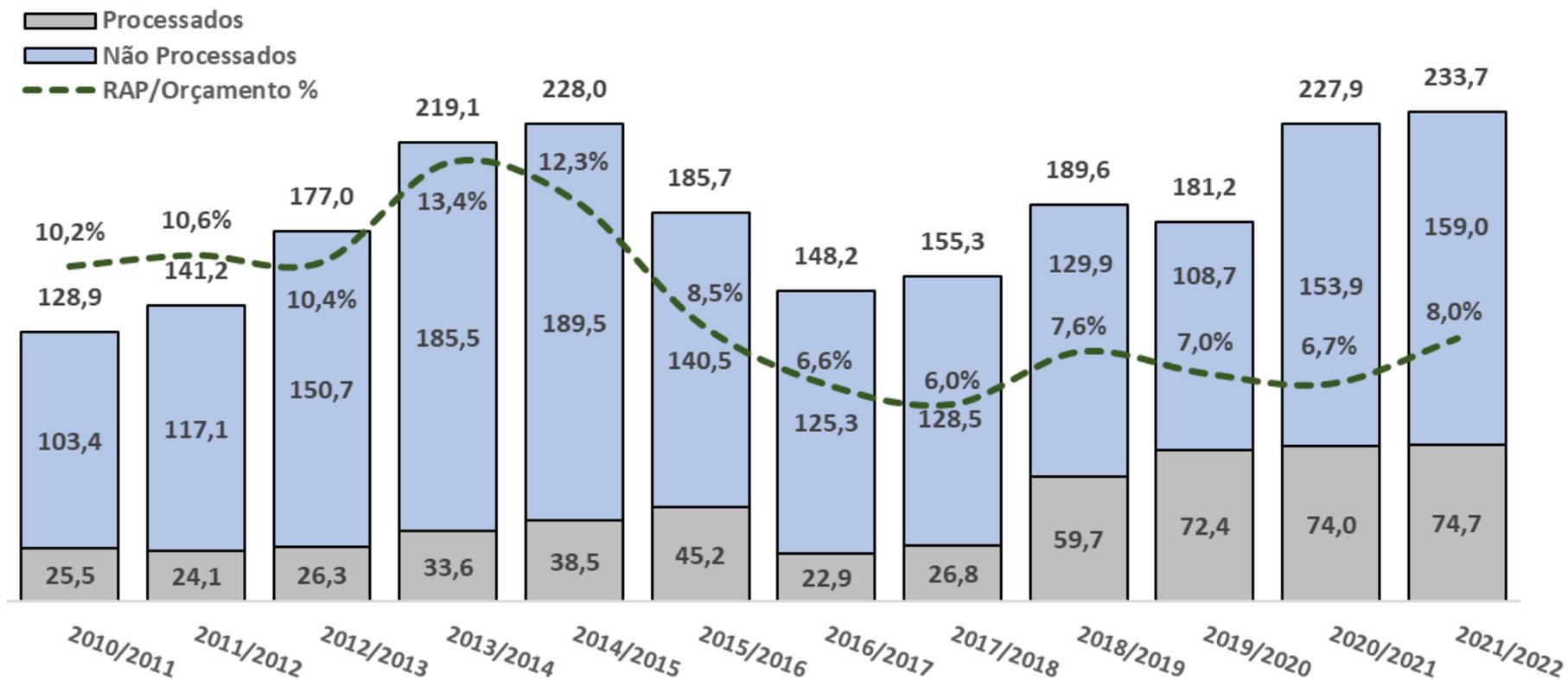
Os **cancelamentos** até dezembro de 2021 totalizaram **R\$ 33,2 bilhões** frente a **R\$ 10,1 bilhões** no mesmo período de 2020.

• Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2022/114>

Relatório de Avaliação dos Restos a Pagar 2022

Evolução do estoque de RAP*

Brasil – 2010/2022 – R\$ bilhões – Valores Correntes



Para o exercício de 2022, foram inscritos R\$ 233,7 bi em restos a pagar (RAP), o que representa **aumento nominal de R\$ 5,8 bi (2,6%)** em relação à inscrição ocorrida para o exercício de 2021 (R\$ 227,9 bi)

Os principais fatores desse aumento foram:

- Despesas discricionárias (+ R\$ 5,9 bi);
- Subsídios, subvenções e Proagro (+R\$ 2,7 bi);
- Benefícios Previdenciários (+R\$ 2,2 bi); e
- Fundeb - comp. União (+ R\$ 1,5 bi).

* Inclui restos a pagar financeiros. Para informações adicionais ver:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2022/114>

Acompanhamento do novo Regime Fiscal

Brasil – 2021 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2021	Limite atualizado EC nº 95/2016	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	1.458.406	1.485.936	98,1%
II.1 Poder Executivo	1.396.445	1.421.604	98,2%
II.2 Poder Legislativo	11.710	12.837	91,2%
II.2.1 Câmara dos Deputados	5.507	6.166	89,3%
II.2.2 Senado Federal	4.221	4.539	93,0%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.982	2.133	92,9%
II.3 Poder Judiciário ²	42.968	44.189	97,2%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	619	660	93,9%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	1.442	1.535	93,9%
II.3.3 Justiça Federal	11.164	11.425	97,7%
II.3.4 Justiça Militar da União	533	557	95,6%
II.3.5 Justiça Eleitoral	7.212	7.525	95,8%
II.3.6 Justiça do Trabalho	19.011	19.465	97,7%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.724	2.754	98,9%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	265	268	98,8%
II.4. Defensoria Pública da União	506	559	90,4%
II.5 Ministério Público da União	6.777	6.747	100,5%
II.5.1 Ministério Público da União ^{1, 3}	6.692	6.661	100,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público ¹	85	86	99,6%

As despesas sujeitas ao teto totalizaram **98,1% do limite atualizado conforme estabelecido pela EC nº 95/2016.**

A verificação do cumprimento da regra estabelecida pela EC nº 95/2016 é feita no Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais (3º Quadrimestre de 2021).

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.

2. Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

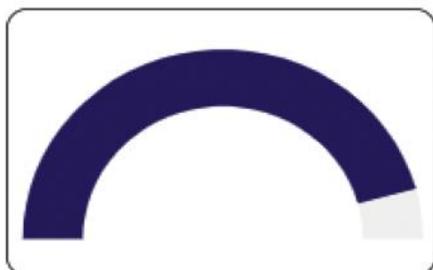
3. Conforme acórdãos nº 3072/2019 e nº 2828/2020 do Tribunal de Contas da União, está permitido um excesso de despesas em relação ao teto do MPU de R\$ 61,7 milhões para 2021. Esses valores foram compensados pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

← mês
Dezembro de 2021

% da despesa coberta com a
receita considerada



93,47%

Margem de suficiência dos
últimos 12 meses

119,74 Bi

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

	No Mês	No Ano	12 Meses
Despesas de Capital	66,29 Bi	1.832,33 Bi	1.832,33 Bi
Receitas Consideradas	11,39 Bi	1.712,60 Bi	1.712,60 Bi
(+) Receitas de Operações de Crédito	80,26 Bi	2.031,27 Bi	2.031,27 Bi
(-) Variação do colchão da Dívida	68,84 Bi	277,11 Bi	277,11 Bi
(-) Ressalva da EC 109/2021	0,04 Bi	41,57 Bi	41,57 Bi
Resultado	54,90 Bi	119,74 Bi	119,74 Bi

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2021: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes

Avaliação da Suficiência para Cumprimento da Regra de Ouro



Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

No acumulado em 12 meses até dezembro/2021, as despesas de capital superaram as receitas de operação de crédito em **R\$ 119,7 bilhões**.

O **cumprimento da Regra de Ouro** é verificado **em bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.



TESOURO NACIONAL

Obrigado

ascom@tesouro.gov.br

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores Correntes

	Valores Correntes					
	Mês	Primário	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	dez/12	27.732,7	dez/11	91.891,0	dez/11	91.891,0
2º	dez/13	14.397,3	dez/12	84.988,0	dez/12	84.988,0
3º	dez/10	14.178,9	dez/10	77.891,2	dez/10	77.891,2
4º	dez/21	13.823,8	dez/13	72.159,1	dez/13	72.159,1
5º	dez/98	2.157,9	dez/08	71.438,4	dez/08	71.438,4
6º	dez/09	1.920,7	dez/07	57.650,4	dez/07	57.650,4
7º	dez/11	1.483,4	dez/05	52.673,2	dez/05	52.673,2
8º	dez/14	953,4	dez/04	49.341,4	dez/04	49.341,4
9º	dez/97	-1.601,6	dez/06	48.748,2	dez/06	48.748,2
10º	dez/99	-1.955,4	dez/09	39.436,4	dez/09	39.436,4
11º	dez/00	-1.986,1	dez/03	39.080,0	dez/03	39.080,0
12º	dez/04	-2.775,9	dez/02	31.577,2	dez/02	31.577,2
13º	dez/02	-3.198,7	dez/01	21.737,1	dez/01	21.737,1
14º	dez/05	-4.009,2	dez/00	20.982,2	dez/00	20.982,2
15º	dez/01	-4.842,8	dez/99	20.164,3	dez/99	20.164,3
16º	dez/06	-5.790,5	dez/98	7.577,0	dez/98	7.577,0
17º	dez/03	-5.958,1	dez/97	1.800,8	dez/14	-23.482,4
18º	dez/07	-8.052,4	dez/14	-23.482,4	dez/21	-35.073,3
19º	dez/19	-14.636,9	dez/21	-35.073,3	dez/19	-95.064,7
20º	dez/08	-19.994,4	dez/19	-95.064,7	dez/18	-120.221,3
21º	dez/17	-21.029,0	dez/18	-120.221,3	dez/15	-120.502,2
22º	dez/18	-31.747,4	dez/15	-120.502,2	dez/17	-124.261,5
23º	dez/20	-44.132,8	dez/17	-124.261,5	dez/16	-161.275,6
24º	dez/15	-61.467,6	dez/16	-161.275,6	dez/20	-743.254,8
25º	dez/16	-62.446,8	dez/20	-743.254,8		

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores de dez/21

R\$ Milhões - Valores de Dez/21 - IPCA						
	Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	dez/12	47.113,7	dez/11	170.007,5	dez/11	170.007,5
2º	dez/10	27.152,2	dez/08	157.151,0	dez/08	157.151,0
3º	dez/13	23.093,8	dez/10	152.661,6	dez/10	152.661,6
4º	dez/21	13.823,8	dez/12	148.523,8	dez/12	148.523,8
5º	dez/98	9.056,6	dez/07	132.885,4	dez/07	132.885,4
6º	dez/09	3.895,4	dez/04	131.570,8	dez/04	131.570,8
7º	dez/11	2.667,1	dez/05	131.091,3	dez/05	131.091,3
8º	dez/14	1.437,2	dez/13	118.319,0	dez/13	118.319,0
9º	dez/97	-6.833,2	dez/06	116.032,8	dez/06	116.032,8
10º	dez/04	-7.081,8	dez/03	111.277,5	dez/03	111.277,5
11º	dez/00	-7.220,3	dez/02	103.928,4	dez/02	103.928,4
12º	dez/99	-7.533,2	dez/99	81.507,0	dez/99	81.507,0
13º	dez/02	-9.597,1	dez/09	81.330,2	dez/09	81.330,2
14º	dez/05	-9.677,6	dez/00	79.247,5	dez/00	79.247,5
15º	dez/06	-13.551,5	dez/01	77.514,1	dez/01	77.514,1
16º	dez/01	-16.350,7	dez/98	31.849,5	dez/98	31.849,5
17º	dez/03	-16.355,2	dez/97	7.985,9	dez/14	-35.210,3
18º	dez/19	-16.837,3	dez/14	-35.210,3	dez/21	-37.974,9
19º	dez/07	-18.041,0	dez/21	-37.974,9	dez/19	-110.780,0
20º	dez/17	-26.177,1	dez/19	-110.780,0	dez/18	-145.243,4
21º	dez/18	-38.092,5	dez/18	-145.243,4	dez/17	-156.626,6
22º	dez/08	-42.299,6	dez/17	-156.626,6	dez/15	-165.444,9
23º	dez/20	-48.573,0	dez/15	-165.444,9	dez/16	-208.429,6
24º	dez/16	-80.025,3	dez/16	-208.429,6	dez/20	-849.305,9
25º	dez/15	-83.723,6	dez/20	-849.305,9		